

Legislativo Federal

Governo entrega Agenda de prioridades ao Legislativo



Padilha, em entrevista coletiva na Câmara dos Deputados - 12/2/2025

Na quarta-feira, 12/2, o ministro da Secretaria das Relações Institucionais, **Alexandre Padilha**, entregou oficialmente ao presidente da Câmara dos Deputados, **Hugo Motta (Republicanos/PB)**, a **Agenda União e Reconstrução 2025** com as prioridades do governo para os próximos dois anos.

Na quarta-feira, 5/2, em reunião na Câmara dos Deputados, os ministros **Padilha** e **Fernando Haddad**, da Fazenda, já haviam discutido com Motta a pauta econômica de prioridades do Executivo, com 25 iniciativas.



Haddad, Motta e Padilha, em entrevista coletiva na Câmara dos Deputados - 5/2/2025



Padilha, Haddad, Alcolumbre e Simone Tebet, em entrevista coletiva no Senado Federal - 11/2/2025

O presidente do Senado Federal, **Davi Alcolumbre (União/AP)**, também recebeu em sua residência oficial na terça-feira, 11/2, os ministros **Haddad**, **Padilha** e **Simone Tebet** (Planejamento e Orçamento), além de deputados líderes de bancadas. Os ministros apresentaram a pauta econômica com medidas do Executivo e do Legislativo, algumas em tramitação no Congresso e outras que ainda serão encaminhadas pelo governo.

SUMÁRIO

Governo entrega Agenda de prioridades ao Legislativo
- p. 1

Câmara aprova regulamentação da profissão "alpinismo industrial" - p. 3

Agenda União e Reconstrução 2025



A **Agenda União e Reconstrução 2025** entregue por Padilha possui 48 propostas, incluindo a pauta econômica apresentada pelos ministros em encontros com os presidentes Motta e Alcolumbre.

A agenda de prioridades foi organizada em torno de seis eixos estratégicos:

- Eixo 1: Agenda econômica para um Brasil mais justo
- Eixo 2: Estímulo ao empreendedorismo e ao investimento
- Eixo 3: Educação no centro do desenvolvimento
- Eixo 4: Protagonismo no enfrentamento das mudanças climáticas
- Eixo 5: Proteção às famílias e aos negócios no ambiente digital
- Eixo 6: Justiça social e defesa da democracia

Entre as propostas em tramitação no Congresso, estão:

- **PLP 108/2024**, de autoria do Executivo, que regulamenta a Reforma Tributária criando o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS);
- **PL 2.926/2023**, também de autoria do Executivo, que trata das novas regras para o funcionamento, a fiscalização e o gerenciamento de riscos no Sistema de Pagamentos Brasileiro, aumentando a eficiência das operações entre instituições financeiras, reduzindo custos e trazendo mais segurança ao consumidor;
- **PL 3/2024**, que promove atualizações na Lei de Falências;
- **PL 6204/2019**, de autoria da senadora Soraya Thronicke (Podemos/MS), que disciplina a execução extrajudicial civil para cobrança de títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Atribui ao tabelião de protesto o exercício das funções de agente de execução.

Outros temas da lista que ainda devem ser enviados ao Congresso pelo governo, em forma de projeto de lei:

- Reforma do Imposto de Renda;
- Regulamentação da emenda constitucional que limitou os supersalários no serviço público;
- Crédito consignado privado;
- O fim dos supersalários no serviço público;
- Combate às mudanças climáticas com leis contra crimes ambientais.

Confira aqui a [íntegra](#) da Agenda União e Reconstrução para 2025.

Câmara aprova regulamentação da profissão "alpinismo industrial"



Prates, relator da matéria, durante a sessão de votação da Câmara dos Deputados - 11/2/2025

A **Câmara dos Deputados** aprovou na terça-feira, 11/2, o [PL 4911/2023](#), de autoria do deputado Max Lemos (PDT/RJ), que **regulamenta a profissão de técnico de acesso por cordas (conhecida como alpinismo industrial) em trabalhos realizados em prédios e em outros locais altos**. Segundo o autor, muitos técnicos de acesso por cordas são contratados como serventes, pedreiros e pintores, tendo sua saúde atingida pelo risco do trabalho em locais altos diariamente.

Os trabalhos que podem ser exercidos por esses profissionais incluem, entre outros, inspeção, manutenção, instalação e reparo em estruturas e superfícies verticais, horizontais ou inclinadas. Para isso, o profissional deve cumprir vários requisitos, como comprovar formação e treinamento adequados em acesso por cordas, obtidos em instituições de ensino reconhecidas por parâmetros da norma 15475 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), além de obter certificação emitida por entidade acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

As empresas que oferecem serviços de acesso por cordas devem ser certificadas por entidade competente, submetendo-se a auditoria para obtenção em 12 meses, com validade de um ano para a primeira e de dois anos para as posteriores.

Em seu quadro de pessoal, a empresa deve contar com inspetor de equipamentos de acesso por cordas com treinamento de carga horária mínima de 24 horas em entidade competente. Além disso, terá de manter ficha de inspeção, cuja validade será de seis meses para equipamento têxtil e de 12 meses para equipamento metálico.

Todos os equipamentos devem ser marcados com número de referência para permitir seu rastreamento e controle pela ficha de inspeção, com dados como data de compra, nota fiscal e controle de vencimentos.

Para os técnicos de acesso por cordas, a empresa deverá contratar seguro de acidentes pessoais e responsabilidade civil com cobertura mínima de 20 salários-mínimos (R\$ 30.360, atualmente).

De acordo com o relator do projeto, deputado **Leo Prates (PDT/BA)**, para se tornar esse tipo de profissional, é preciso ter muita experiência de escalar e um bom condicionamento físico. Ele afirmou que a proposta reconhece "trabalhadores que eram invisíveis".

O texto substitutivo do relator lista ainda vários tipos de serviços nos quais poderá ser necessária a atividade de acesso por cordas, como:

- manutenção em geral;
- reforma em construção;
- inspeção, limpeza, higienização, montagem e desmontagem de equipamentos;
- reparos ou pinturas;
- atendimentos prestados pelo Samu; e
- movimentação de cargas.

Consulte [aqui](#) a íntegra da redação aprovada pelos deputados.

A proposta segue para o Senado Federal.